

# OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS – CONCEITUAIS DO ECOTURISMO

BEZERRA, Givaldo Santos<sup>1</sup>  
gbezerrase@hotmail.com

## 1 – INTRODUÇÃO

Na década de 1980, põe-se em evidência a expressão **Ecoturismo** utilizado em termos práticos, como atividade turística realizada em ambientes naturais cujo diferencial era a valorização das comunidades locais. Com o aumento das práticas intituladas de Ecoturismo registra-se nas décadas seguintes uma discussão que ganha importância nos debates da comunidade acadêmica, governo e ONG's. Tais debates ocorreram na perspectiva da elaboração de uma definição concreta para o termo Ecoturismo com seus princípios e características. Mas, entretanto, mesmo com a prática do Ecoturismo em ambientes naturais e em comunidades percebe-se ainda a inexistência de clareza quanto a definição científica deste termo.

Entende-se assim, que o Ecoturismo surge com uma complexidade. Para alguns autores é considerado um segmento da atividade turística, para outros uma modalidade, já outros entendem como uma nova forma de gestão para a atividade turística. Essas diferenciações de conceitos e definições do termo Ecoturismo resultam da contradição entre pensamento científico e as práticas ecoturísticas desenvolvidas no mercado econômico que normalmente não leva em consideração se a atividade desenvolvida condiz com a definição científica.

Mesmo com várias definições e formas diferenciadas de entendimento no campo científico constata-se a existência de pontos em comum, entre os mais variados especialistas na medida em que defendem ser imprescindível no Ecoturismo o envolvimento comunitário, a valorização cultural e o meio ambiente.

Em termos teóricos Ecoturismo traz a idéia da efetiva participação dos autores e dos envolvidos no processo concretizado pelo planejamento coletivo. As decisões não podem ser definidas considerando a comunidade apenas como objeto, recebendo modelos prontos com soluções predefinidas de pessoas externas ao processo. De modo contrário, percebe-se que o Ecoturismo não se coaduna com a prática de imposição ou aos “Modelos Prontos de administração” que são decididos nos gabinetes a revelia da comunidade receptora.

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Análise e Gestão de Bacias Hidrográficas do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe/Brasil. Graduando em Gestão em Turismo pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe/Brasil.

Nessa direção, todos têm igual importância no processo de planejamento ecoturístico: a comunidade, a iniciativa privada, ONG's e o poder público que deve gerenciar o processo dirimindo conflitos e despertando uma consciência coletiva voltada para utilização e valorização das comunidades, da cultura e do meio ambiente, pois agindo assim, presume-se que há respeito às raízes e tradições locais.

Dentro desse contexto e entendimento, é que houve o interesse em estudar a temática em pauta, na perspectiva de aprofundar a discussão teórica acerca dos conceitos e definições do Ecoturismo, e bem assim compreendê-lo no seu sentido lógico científico.

O processo de construção desse entendimento deu-se inicialmente através da realização de ampla pesquisa bibliográfica versando basicamente sobre os temas: Ecoturismo, Meio Ambiente, Comunidade, Desenvolvimento Sustentável, Capitalismo, Turismo, Tempo Livre, Tempo de Lazer e Revolução Industrial. Posteriormente fez-se a análise comparativa dos temas visando correlacionar as diferentes definições e conceituações sobre Ecoturismo e assim construir o entendimento sobre o tema ora apresentado

## **2 – CONDICIONANTES PARA O SURGIMENTO DO TURISMO MODERNO**

### **2.1 – A Sociedade Pré-Industrial**

A população urbana européia era restrita no final da Idade Média, nos núcleos habitacionais circulava em torno dos 100 mil habitantes, a maioria da população vivia nos campos. As cidades medievais européias tinham as igrejas como centro da vida administrativa da cidade. Neste centro, concentravam-se os serviços urbanos e seus ocupantes eram basicamente artesãos e comerciantes. A partir do século XV houve um crescimento demográfico e uma mudança estrutural deixando a igreja de ser o poder central.

Esta sociedade, denominada “Pré-Industrial”, tinha seu planejamento de trabalho baseado nos ciclos das estações (verão) e pelos períodos de repouso (inverno), outro fator marcante eram suas atividades culturais como os jogos, cerimônias, religião, cantos, comidas, vestimentas, etc que em cada local era diferente, porém ainda não existia a prática de determinadas pessoas saírem de suas localidades para contemplar o que existia em outras.

No final do século XVIII e precisamente no século XIX surge a sociedade “Pós-Industrial” caracterizada pelo movimento que transformará todas as relações humanas existentes: a Revolução Industrial. Este fato tem origem na Inglaterra, mas rapidamente se espalhou por diversos pontos do planeta, num primeiro momento promoveu o crescimento econômico, vislumbrando a possibilidade de uma maior geração de riquezas, alardeando uma melhora na qualidade de vida da população, onde as pessoas passaram a ganhar e consumir na mesma proporção.

Em decorrência deste fato, são atraídos para as cidades grandes grupos de pessoas do campo. As cidades passam a ter mais de um milhão de habitantes sem o planejamento adequado, ocasionando mudanças danosas àquelas populações contribuindo para a péssima qualidade de vida dos cidadãos urbanos, tais como: concentração de pessoas na periferia das cidades, segregação social, insalubridade e violência urbana, mas por outro lado, se a recíproca é verdadeira também existiam locais com boa qualidade de vida a exemplo dos

bairros das pessoas com bom poder aquisitivo.

Assim, percebeu-se que a população não estava preparada para esta drástica mudança que foi da produção artesanal estruturada em aprendiz, artesão e mestre para um processo intenso de produção mecanizada e extremamente injusto e competitivo, onde quem não sabia operar determinada máquina era excluído. Neste sentido a Revolução Industrial deu início ao crescimento das cidades de forma desordenada seja com a migração de camponeses para as cidades onde estavam localizadas as fábricas, seja pela utilização de recursos naturais, seja pela utilização de energia em grandes quantidades. Segundo Dias,

A industrialização trouxe vários problemas ambientais, como a alta concentração populacional devido a urbanização acelerada; consumo excessivo de recursos naturais, sendo alguns não renováveis (petróleo e carvão mineral. por exemplo); contaminação do ar, do solo, das águas; e desflorestamento, entre outros. (DIAS, 2003, p.29)

Pode-se dizer que a Revolução Industrial do mesmo jeito que trouxe a modernidade e os avanços tecnológicos provocou uma desorganização no quadro natural e social da vida humana gerando uma problemática complexa e provocando grandes discussões.

A Revolução Industrial provocou mudanças na forma de trabalho das pessoas que estavam acostumadas com o trabalho nas propriedades rurais. A busca pelo lucro obrigava os trabalhadores a uma jornada de até 16 horas. A teoria Fordista/Taylorista defendia que o homem era motivado pela recompensa material ou econômica. Esta concepção produziu um ser escravo e doentio com desgaste mental e físico, fadiga e depressão entre outros males, começam aí as discussões e questionamentos sobre o modelo capitalista de desenvolvimento até então aceito sem questionamento e nesse contexto surge a idéia de tempo livre.

## **2.2 – Tempo Livre**

A percepção de tempo é diferente na antiguidade, os gregos denominavam de ócio o tempo livre, dando-lhe mais valor que o tempo de trabalho, o ideal de sabedoria tinha, no ócio essencial, como ressalta Esteves (1996. p. 26) “era um meio, um instrumento, sendo o ócio um fim em si mesmo, algo a ser alcançado para ser desfrutado”. Na sociedade “Pré-Industrial” eram as estações do ano que regulavam o trabalho, assim não existia escolha do tempo livre se não estivessem na época do trabalho estavam no tempo livre e era utilizado para repouso e atividades próprias de cada local.

A sociedade “Pós-Industrial” redefine a idéia de tempo livre indo inicialmente de uma não valorização já que os trabalhadores das fábricas chegavam a trabalhar 16 horas por dia, até uma aceitação deste tempo livre graças a necessidade de evitar as doenças nos operários fruto das péssimas condições de trabalho e a carga horária elevada mas, principalmente pela necessidade de ter no trabalhador assalariado um consumidor dos produtos produzidos pelas indústrias. Essa fase serviu de base para o que mais tarde ficou conhecida como “A era do consumo em massa”.

Nota-se que a sociedade “Pós-Industrial” requer tempo livre para consumo e repouso, construindo a base para a sociedade do consumo, deve-se observar que esses fatos tiveram como pontos positivos para o trabalhador a redução das horas trabalhadas de até 16 horas para níveis mais aceitáveis e as melhorias nos locais de trabalho. Convém ressaltar que estes novos valores do trabalho foram moldados pela ética protestante que destacavam a

produtividade e assim passaram a ver o tempo como mercadoria e em consequência dinheiro.

A nova contextualização de trabalho, consumo e tempo livre vista pela sociedade “Pós-Industrial” com uma leitura capitalista enseja no desenvolvimento de outra categoria que é a propulsora das atividades turísticas o Tempo de Lazer.

### **2.3 – Tempo de Lazer**

O tempo de lazer surge de uma exigência da atividade econômica que necessita de mais consumidores para seus produtos, somado a ascensão da sociedade urbana assalariada que, vêm na utilização de suas horas para obter descanso e prazer. Assim, o tempo de lazer é um produto da revolução industrial originado diretamente por dois fatores: Reduzir o tempo de trabalho dos operários evitando assim crítica e revoltas e a necessidade do consumo em massa dos produtos produzidos. Observa-se mais um faceta do capitalismo que utiliza o tempo livre dos trabalhadores com produto e assim obter lucro.

É neste período que a concepção contemporânea de turismo toma forma e deixa de ser exclusividade dos ricos para satisfazer a um leque maior de população assalariada que, por meio de pressões sociais e sindicais conseguiram dispor de um tempo livre que fora transformado em tempo de lazer. Ou seja, o tempo de lazer traz para as classes populares a possibilidade de desfrutar das horas de descanso de forma prazerosa, porém a atividade que surge com objetivo positivo passa a contribuir na degradação do meio ambiente mundial.

## **3 – A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NA LÓGICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA**

O tempo de lazer é fundamental na produção da atividade turística que usa a insatisfação do turista com suas atividades diária no trabalho e da cidade somado a busca humana pelo novo, o desconhecido, o não cotidiano. A vida urbana leva as pessoas ao excesso físico e mental materializando o desejo pela mobilidade não comum. Daí dizer-se que o trabalho da cidade faz com que as pessoas necessitem das férias para descansar e esse descanso para ajuda no retorno ao trabalho.

O processo econômico fordista de produção em massa empresta sua forma de funcionamento à atividade turística e após a Segunda Guerra “nasce” o turismo de massa que tem como objetivo conduzir grande número de pessoas a determinado lugar com preço reduzido, também conhecido como turismo de sol e mar. Essa forma de turismo traz a idéia de “democratização do turismo” uma vez que antes só a elite fazia suas viagens.

O lugar natural passa a ser o foco do desejo do turista consumidor. As relações são elaboradas visando à estadia, o consumo, o bem estar do turista, ou seja, o pensamento em agradar o visitante é a ordem estabelecida logo, deve-se transformar a infraestrutura, o acesso, as condições das comunidades receptoras em algo que seja “ideal para o lazer” do visitante. O lugar da atração turista é transformado em produto.

O produto da atividade turística de massa tem uma ordem, devem-se seguir regras o turista tem trajetos previamente estabelecidos, horários definidos, ações determinadas. O turista não tem liberdade para definir seus próprios desejos, tempo e percurso ou aceita o “pacote” preestabelecido ou estar fora. Essas práticas demonstram o furto ao olhar do turista,

a sua percepção, assim surgem acusações de ser, o turismo de massa, um destruidor de lugares, da sua cultura, de seu cotidiano, da forma natural de ser cada comunidade local.

#### **4 – A PROBLEMATICA AMBIENTAL**

A degradação ambiental provocada pela Revolução Industrial num primeiro momento causou pouco impacto na forma de agir e pensar da maioria das pessoas graças aos problemas ambientais estarem afetando apenas a população pobre.

Segundo Lago e Pádua (1984) (Apud Camargo, 2005, p. 44) “Apesar dos graves problemas ambientais do século XIX, um dos motivos pelos quais a preocupação ambiental não surgiu naquela época de forma explícita foi o fato de a degradação ambiental afetar principalmente os trabalhadores” como também no século XVIII e XIX prevalecia o pensamento antropocêntrico que colocava o homem como centro do mundo. Tudo estava a serviço do homem e principalmente a natureza, destacando-se o seu caráter prático e utilitário das coisas. Nessa direção, assinala Giansanti (1998) que:

São impressionantes as convicções da época, se comparadas aos dias de hoje: Persiste um instinto natural de obediência nessas criaturas que são para o uso humano, como o boi, o asno e o cavalo. Ou ainda: vacas e ovelhas passam melhor sob os cuidados do homem que a mercê de predadores ferozes; abate-las para alimentos pode parecer cruel, mas, quando se examina o assunto mais de perto, isso se mostra uma gentileza, em vez de crueldade; o seu fim é rápido e se lhes poupa o sofrimento. (GIANSANTI, 1998, p. 19)

Acerca do exposto, observa-se que mesmo com tais visões surgem pessoas com um olhar voltado aos problemas provocados pelos impactos causados ao meio ambiente pelas ações humana e em meados do século XIX o engenheiro florestal norte americano Pinchot destacou-se por ser contra ao desenvolvimento a qualquer custo. Neste sentido, entende Giansanti (ap.cit.) que

As idéias percussoras do desenvolvimento sustentável (ou sustentado) são creditadas a um engenheiro florestal norte-americano, Gifford Pinchot. Primeiro chefe do serviço de floresta do país, no século XIX, ele defendia...”o uso dos recursos naturais pela geração presente, a preservação do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para todos (GIANSANTI, 1998, p.9)

Em 1962 começa a mudar a história da problemática ambiental, a qual tem início quando Rachel Carson publica o livro *Silent spring* (Primavera silenciosa) abordando os perigos do inseticida DDT, cujos efeitos foram observados pela autora por vários anos. O livro provocou grande oposição principalmente por parte dos agricultores. Como relata Dias (2003, p. 30) Os agricultores opuseram-se à autora do livro energicamente, afirmando que, sem inseticida, o rendimento das colheitas diminuiriam 90%. Como resposta, a autora, defendeu o emprego de controles biológicos”.

O livro primavera silenciosa provocou fortes discussões e a mobilização de organismos internacionais para abordar o tema de forma mais abrangente, pois

O livro Primavera silenciosa soou um alarme que provocou, nos anos seguintes, intensa inspeção de terras, rios, mares e ares por parte de muitos países, preocupados com danos causados ao meio ambiente. Em consequência a poluição emergiu como um dos grandes problemas ambientais no mundo (DIAS, 2003, p. 30).

O trabalho de Rachel Carson deixa as discussões mais intensas e o ano de 1968 é marcado por três grandes debates que vão nortear o enfrentamento das problemáticas ambientais por parte da comunidade científica internacional, organizações governamentais e não governamentais que começam a promover conferências e debates internacionais.

#### **4.1 – Principais conferências ambientais**

No mês de setembro de 1968 a UNESCO promoveu em Paris a conferência intergovernamental sobre a conservação e o uso racional dos recursos e da conservação da biosfera, neste encontro foram lançados às bases para elaboração e criação do programa Homem e Biosfera (MAB) em 1971.

Em 1972 a ONU realizou a Conferência da Organização das Nações Unidas para o meio ambiente humano e desenvolvimento (CNUMAD) ou apenas Conferência de Estocolmo. A preocupação inicial dos conferencistas era conter as várias formas de poluição, mas o que marcou os debates foi a polarização de dois grupos: os que defendiam crescimento zero e os desenvolvimentistas. A Conferência de Estocolmo criou uma nova discussão atrelando desenvolvimento e sustentabilidade, a partir daí houve uma seqüência de eventos e iniciativas nacionais e internacionais para tratar do tema meio ambiente, inclusive na própria conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em 1974 na 7ª Conferência das Nações Unidas sobre comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi realizada uma reunião do Programa de Meio Ambiente para as Nações Unidas (UNEP) onde elaborou-se a Declaração de Cocoyoc (México), com avanços no modelo sugerido de ecodesenvolvimento, colocando em pauta a explosão demográfica mundial, a pobreza, a degradação ambiental e a responsabilidade dos países desenvolvidos em relação a esses problemas, devido a seu alto nível de consumo, desperdício e poluição.

Em 1980 a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), apresentou o documento “Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza”, visando a elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável, usando como base a manutenção dos processos ecológicos e dos sistemas vitais para a humanidade, a preservação da biodiversidade e a garantia do uso sustentável das espécies e dos ecossistemas.

As discussões ocorridas nas conferências e encontros resultaram com a redefinição do conceito e modelos de desenvolvimentos como ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável que deveriam ser aplicados pelos países e iniciativa privada.

#### **4.2 – Ecodesenvolvimento**

Segundo Giansanti (1992, p. 10) “O conceito de ecodesenvolvimento foi apresentado por Maurice Strong, visando caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento nas áreas rurais dos países subdesenvolvidos”. Opina ainda que a inserção do conceito de ecodesenvolvimento na Conferência de Estocolmo (1972) contribuiu na necessidade de se atrelar o desenvolvimento e sustentabilidade.

Em 1973 o economista Ignacy Sachs reelaborou a definição apresentado por Maurice Strong de ecodesenvolvimento, e o apresentou como um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos não só rurais, mas também urbanos buscando a satisfação prioritária de

necessidades básicas das populações envolvidas. A integração da dimensão do meio ambiente é pensada não apenas como uma espécie de coação suplementar, mas também na qualidade de um amplo potencial de recursos, utilizando-se de critérios de prudência ecológica.

Em 1974 na 7ª Conferência das Nações Unidas sobre comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) através da Declaração de Cocoyoc (México), ocorre um avanço no modelo sugerido de ecodesenvolvimento, colocando em pauta a explosão demográfica mundial, a pobreza, a degradação ambiental e a responsabilidade dos países desenvolvidos em relação a esses problemas, devido a seu alto nível de consumo, desperdício e poluição.

Os argumentos da Declaração de Cocoyoc foram reforçados no Relatório apresentado pela fundação Dag-Hammarskjold com a participação de 48 países e contribuições da UNEP e outras organizações da ONU, abordando a interferência que os países desenvolvidos exercem sobre os países em desenvolvimento, sobretudo em se tratando de preservação ambiental, sugerindo como possibilidade de mudança a promoção da autoconfiança e a autonomia dos países pobres. O relatório sofreu grande crítica e rejeição.

### **4.3 – Desenvolvimento Sustentável**

A atividade econômica expande-se sem controle e sem preocupação com os danos ambientais e sociais causados. Organismos internacionais, percebendo a prática danosa causada a população e ao meio ambiente com a evolução de tal processo promoveu discussões a fim de elaborar sugestões para auxiliar nas políticas para o setor econômico. Como destaque e marco importante cita-se o final da década de 1960 em especial o ano de 1968, marcado por grande agitação em termos de mudanças no cenário mundial, como bem expressa Dias (2003),

É importante lembrar que o ano de 1968 foi atípico, constituindo-se num momento histórico em que ocorreram grandes mobilizações de massa, principalmente estudantis, no mundo todo, que questionavam a racionalidade de todo o sistema capitalista e buscava formas alternativas de convivência. (DIAS, 2003, p. 31).

No mês de abril de 1968 na cidade de Roma, reuniram-se cientista, educadores, funcionários públicos e industriais com o objetivo de discutir a problemática atual e suas conseqüências para o futuro. Desse encontro surgiu o clube de Roma como sendo o primeiro no caminho para a consciência internacional dos graves problemas ambientais, considerado por Dias (2003) Como “um colégio invisível”. Assim, em 1972 apresentaram o relatório intitulado “Os Limites do Crescimento” como marco importante na discussão sobre a problemática ambiental no planeta, o qual faz um amplo estudo sobre o consumo, a capacidade de suporte que tinha o planeta com previsões de que se nada fosse feito atingiria o colapso total em aproximadamente 100 anos, conforme Meadows, (1973. Apud Dias 2003) se pronunciou dizendo:

Se se mantiver as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançará os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial (MEADOWS, 1973, apud Dias 2003, p. 32).

Já o Relatório Nosso Futuro Comum elaborado em 1987 e conhecido como *Relatório ou Informe Brundtland* valoriza e destaca o conceito de desenvolvimento

sustentável, o texto traz 109 recomendações visando caracterizar propostas definidas em 1972. O conceito apresenta em seu bojo a harmonia entre desenvolvimento econômico e as fontes de recursos naturais, bem como propõe estratégias que devem ser cumpridas a longo prazo por todos os países, como segue:

O desenvolvimento sustentável atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: 1) o conceito de necessidade, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber o máximo de prioridade; 2) a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo e atendendo as necessidades presentes e futuras. (BRUNDTLAND, 1987).

Diante disso, verifica-se que o desenvolvimento sustentável transformou-se em premissa no planejamento do setor político e da iniciativa privada, principalmente por sugerir um novo rumo às relações humanas e ambientais, além de propor um novo modelo de integração e auto sustentabilidade fundamentado na participação coletiva visando o desenvolvimento, mas respeitando as características de cada comunidade.

Em decorrência dessa discussão a atividade turística também sofreu duras críticas por ser uma atividade econômica impactante na forma de desenvolvimento praticado por este seguimento. Essa nova exigência acelerou as mudanças na atividade turística e como resultado o turismo passou a ser concebido nos moldes do desenvolvimento sustentável, surgindo como referência aos princípios e práticas desse conceito, o Ecoturismo.

## 5 – FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO ECOTURISMO

Com o fortalecimento da discussão sobre desenvolvimento sustentável na década de 1980, surgem às primeiras citações sobre **turismo ecológico** como uma nova forma redentora da prática utilizada pelo turismo até então desenvolvida. No meio científico verifica-se que o Ecoturismo, para alguns estudiosos, nada mais do que uma viagem de pessoas a fim de contemplar a natureza, face a ampla discussão que envolve o referido termo. Por outro lado, essa concepção reducionista não é consenso na literatura e divide opiniões entre os autores, quando entendem que o Ecoturismo vai muito além. Assim, para Dias,

O Ecoturismo não é somente uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio natural e cultural com a prática turística (DIAS 2003, p. 103)

O Ecoturismo nasce de um momento de reflexão da sociedade contemporânea que visa conciliar o desenvolvimento com sustentabilidade. Partindo-se deste princípio, apresentar-se-á algumas definições sobre a atividade turística para uma melhor compreensão do tema abordado.

O turismo, setor econômico, que mais se destaca no planeta, com crescimento entre 5% e 10% segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2002) é objeto da política de vários países para atrair recursos financeiros. Contudo, o turismo desenvolve



práticas ambientais danosas, provocando desmatamento, e transformações das paisagens mundiais, graças a concentração desordenada de pessoas. Outro aspecto importante e preocupante são as mudanças produzidas nas comunidades receptoras, visto que, estas são partes inferiores sob o aspecto do poder econômico.

Como regra, é muito comum empresas multinacionais priorizarem áreas com pouca interferência do homem. Geralmente elas investem em tais espaços transformando-os, construindo complexos para turistas sem sequer discutirem com as comunidades locais. Percebe-se portanto que, a atividade turística feita desta forma é maléfica, causando destruição ao meio natural e, quanto ao visitante este passa a não ser bem aceito, quando deveria ser promovido o seu próprio bem estar e o da comunidade visitada.

Com a discussão sobre os rumos do turismo verifica-se que não somente estudiosos e pesquisadores, mas também os governantes buscam dar novo formato a atividade turística. Nessa perspectiva surge o Ecoturismo procurando valorizar a comunidade visitada, utilizando recursos obtidos para a melhoria das pessoas que ali vivem, respeitando sobretudo o meio ambiente, a cultura e as características da população. O Ecoturismo corretamente empregado reunir todos os atores sociais da comunidade: líderes, empresários, comerciantes, poder público e principalmente as pessoas que ali convivem, que juntos desenvolverão um modelo de trabalho necessário para a localidade devendo ser integrado e baseado na consciência coletiva voltada à utilização e valorização das potencialidades locais, preservação da cultura e identidade.

A expressão **Ecoturismo** é nova, porém analisando a história observa-se práticas ecoturísticas nos relatos de viajantes naturalistas do século XIX, que faziam viagens a locais paradisíacos ou a atrativos naturais exóticos. A nomenclatura e os princípios atuais que abrangem esse termo não existiam naquela época, mas da sua essência há uma prática similar, pois os antecedentes do que hoje se conhece como Ecoturismo podem ser assim destacados: Caminhadas de longo curso, pela busca de novos conhecimentos e lugares; Expedições, como a procura pela fonte da eterna juventude, pelo fim da terra; e Peregrinação por trilhas sagradas e área intocadas cultuadas por povos antigos (COSTA, 2002).

Neste sentido, nota-se que a história do Ecoturismo está ligada a uma noção de turismo ao ar livre, de atividade específica de deslocamento para áreas naturais o que facilitou a apropriação do termo pela atividade econômica, provocando assim uma interpretação superficial do termo. O Ecoturismo no dizer de Costa (2003. p. 15) “é mais do que isso: é antes de mais nada, uma atividade que compreende em si um posicionamento ambiental de conservação do patrimônio natural e cultural, tanto das áreas naturais quanto não naturais”.

Diferenciado das práticas tradicionais o Ecoturismo está voltado para uma abordagem social e ambiental que valoriza as características e a cultura local, de forma que o visitante tenha certeza que será bem aceito, mas dentro dos limites estabelecidos pela comunidade receptora sem aceitar as imposições do visitante como forma de tê-lo na sua comunidade. O Ecoturismo enquanto produto turístico é realmente diferente, pois agrega valor a sua matéria prima (atrativo natural ou cultural), no contexto ambiental e sociocultural. O visitante consciente da problemática de sustentabilidade do planeta valorizará e desfrutará em sua exata extensão (DIAS, 2003).

As primeiras definições do Ecoturismo surgem na década de 1980 com Ceballos-Lascuràin (Apud Costa, 2002 p. 27) quando o autor concebeu turismo ecológico como “A

realização de viagens para áreas naturais não perturbadas ou contaminada, com o objetivo de admirar, gozar e estudar a paisagem, sua flora e fauna, assim como as culturas passadas e presentes em tais áreas”.

A terminologia turismo ecológico antecedeu ao conceito de Ecoturismo como visto, sendo apresentado inicialmente como o retorno do ser humano a natureza perdida no passado ou retorno às origens humanas (estado primitivo). Com a ascensão e importância do tema outras conceituações são colocadas em evidência, a exemplo do que convencionou a EMBRATUR em 1990 especificando o termo. Para a EMBRATUR (1991) o Ecoturismo é o Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

Além dessa conceituação verifica-se que, em pouco tempo surgiram outros conceitos acrescentando e agregando novas palavras, mas sempre preservando a mesma base originária que implica no aproveitamento econômico não destrutivo e conservacionista da natureza, realizado em certas áreas protegidas aonde existam atrativos naturais e culturais a serem preservados (CHAVEZ, 1973 apud Costa 2002, p. 28).

Em 1994 a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) elaborou o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” redefinindo o conceito, passando a considerar como segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio de interpretação do ambiente, provendo o bem-estar das populações envolvidas.

Segundo Costa (2002), em 1994 a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) elaborou o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” redefinindo o conceito, passando a considerar como segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio de interpretação do ambiente, provendo o bem-estar das populações envolvidas.

Utilizando-se dessa conceituação oficial apresentada pela EMBRATUR em 1994, o Instituto de Ecoturismo do Brasil, representante do Trade Ecoturístico brasileiro, definiu seu próprio conceito concebendo o Ecoturismo como a prática do turismo recreativo, esportivo ou educativo, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentivando a sua conservação, promovendo a formação de consciência ambientalista e garantindo o bem-estar das populações envolvidas. (Instituto de Ecoturismo do Brasil, 1995)

Mesmo com tais conceitos apresentados ainda existe um longo caminho a percorrer na busca de uma definição concreta do que realmente seja o Ecoturismo. Encontram-se diversas expressões na literatura. Entretanto, é nítido que não cabe o tratamento igual entre Ecoturismo e turismo alternativo, turismo natural, turismo de natureza, dentre outros. Como esclarece Dias (2003, p. 106 e 107) “O Ecoturismo não é só uma atividade que une turismo e natureza, mas deve refletir também os objetivos do desenvolvimento sustentável, incluindo, necessariamente, os aspectos centrados particularmente na equidade social”.

## 6 – ECOTURISMO: ANÁLISE A PARTIR DO PROCESSO HISTÓRICO EVOLUTIVO.

Na análise do fenômeno turístico, os lugares atrativos são “descobertos” e incorporados pelo mercado, transformando-o em um produto econômico logo em seguida saturado pelo turismo de massa e substituídos por novos lugares. Assim, existe um excesso do turismo de massa, ou da democratização do turismo e a conseqüente popularização dos lugares turísticos, transformam de forma perversa as localidades receptoras. Quanto mais próximo, mais atraente ou acessível aos centros emissores mais rapidamente o esgotamento de um lugar, despertando no turismo de mercado a necessidade da descoberta de um novo lugar/produto.

Convém ressaltar que para a atividade econômica a morte dos lugares turísticos é naturalizada em seu ciclo de exploração. Esta “morte” fez com que a partir da década de 1950 a comunidade internacional se organizasse e buscasse soluções que viessem mudar as práticas da atividade danosa ao meio ambiente. Vários autores nacionais e internacionais, grande parte das políticas e diretrizes voltadas para o setor, e a própria Organização Mundial do Turismo (OMT) recorreram à idéia de um limite de crescimento da atividade. Mas, como definir o limite suportável de um meio quando estamos relacionando à um a prática social e à formas distintas de territorialidade? Como medir o limite do impacto cultural, econômico, político, ambiental e tecnológico sem considerar a diferenciação do meio e a relatividade social no tempo e no espaço? Como saber quando a pressão turística não só traz novas formas para a reorganização do lugar, mas deforma o meio e a sociedade local?

A idéia de impacto pressupõe que um lugar possua uma resistência limite, mas do ponto de vista do meio e da população local, como é possível prever este limite utilizando variáveis quantitativas? A noção de desenvolver sem comprometer os recursos para as gerações futuras é a pauta. É neste período que a concepção de desenvolvimento sustentável é incorporada às análises da atividade turística. Partindo da constatação de que o ambiente é o foco de atração do turismo, a proteção ambiental torna-se o pressuposto de uma atividade turística durável. O “turismo sustentável”, termo utilizado principalmente para o Ecoturismo, apóia-se nos princípios de uso sustentável dos recursos naturais, de manutenção da diversidade natural e cultural, de envolvimento e integração das comunidades locais. Os principais objetivos expressos revelam uma tradução, para o turismo, dos documentos oficiais e do ideário sobre o desenvolvimento sustentável como base para a atividade turística.

O conceito de desenvolvimento sustentável, derivado da idéia de ecodesenvolvimento, tem sua principal referência no relatório *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. A partir desse documento os fatores socioculturais e ecológicos foram incorporados às políticas econômicas, socializados no imaginário coletivo, e absorvidos ao próprio mercado que passou a vender produtos ecológicos e bens distintivos de identidade cultural.

A sustentabilidade passou a ser, então, a senha de um novo modelo de desenvolvimento, que supostamente se esboçava. A concepção de natureza como estoque infinito de recursos é substituída pela natureza como um bem de capital futuro: a nova economia dos recursos naturais prevê a sua utilização a longo prazo, a substituição de antigas tecnologias, e a produção de bens de consumo cada vez mais inusitados.

A incorporação destes pressupostos à análise turística gerou a derivação turismo sustentável. Esta proposta preocupa-se com a conservação ambiental, e busca regularizar o mercado da indústria do turismo de massa e do turismo alternativo. Para os analistas do turismo sustentável a escala de análise remete-se ao lugar ou ao contexto regional, mas apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ser reconhecido como cientificamente legítimo ele é, antes de tudo, um instrumento político e, nesse sentido, funciona como uma remédio que irá garantir a exploração econômica ao longo do tempo e na escala planetária.

A maioria destas análises toma a paisagem turística como ambiente natural, naturalizando o conceito de paisagem e dando-lhe autonomia em relação à construção social da qual ela se origina. Os autores que naturalizam as paisagens, concebendo-as como recursos turísticos, acabam por concluir que as paisagens são recursos não-renováveis e que, portanto, podem ser extintas – o que é incorreto. Considerando que as paisagens são construídas socialmente, elas não se esgotam, o que se esgota ou degrada é um determinado recurso natural ou determinados usos das paisagens.

## **7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conflito teórico existente entre pesquisadores a respeito do termo Ecoturismo é latente, para alguns não existem diferença entre os termos turismo ecológico, turismo ambiental e Ecoturismo, entretanto para outros não fazer essa diferenciação é reduzir a importância do Ecoturismo, pois os dois primeiros termos são apenas um segmento da atividade turística com práticas sustentáveis enquanto o Ecoturismo é um modelo que exige um planejamento a ser seguido considerando princípios fundamentais na sua construção como envolvimento da comunidade, poder público, visitantes, ou seja, todos os envolvidos no processo. Assim, o Ecoturismo surge na década de 1980 como forma diferenciada do turismo convencional (massivo).

O turismo traz uma série de oportunidades e também ameaças que precisam ser avaliadas antes de se implementar projetos nas comunidades. O Ecoturismo prioriza a valorização dos recursos naturais e culturais incluindo nas tomadas de decisões os atores locais, pois são eles os maiores prejudicados quando a atividade turística é feita sem planejamento. As ameaças mais comuns às comunidades locais são degradação ambiental, alterações culturais, expropriação, desigualdade social e econômica.

Por fim, esse trabalho buscou contribuir sobre o entendimento do termo ecoturismo, fazendo uma evolução teórico-conceitual com os diversos entendimentos defendidos por autores sobre o tema. Contudo entendemos ser ecoturismo importante como modelo de desenvolvimento sustentável e não apenas um segmento da atividade turística, pois se assim fosse sua essência conceitual seria a utópica.

## **9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2001.
- CAMRGO, Ana Luiza B. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios**. Campinas-SP: Papirus, 2005.

COSTA, Patrícia. C. **ABC do turismo – Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção**: Um resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 2000. IN: GOTTARDO, Lecy. Desenvolvimento e turismo. 2000

ECOTURISMO: Um guia para planejamento e gestão. organizadores Kreg Lindberg, Donald E. Hawkins; tradução de Leila Cristina de M. Darin. 4ª Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

ESTEVES, Alvaro. **Uma questão de tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996

FENNEL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREL, O. C; FRAEDRICH, J.; FERREL, L. **Ética empresarial**: dilemas, tomadas de decisões e casos. trad. Cecília Arruda. 4.ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

JARA, Carlos. **Planejamento do desenvolvimento municipal com a participação de diferentes atores sociais**. IN: Ação Local e desenvolvimento sustentável. Debates. Fortaleza: LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LIMA, Maria Lúcia Costa. **(Eco)turismo em Unidades de Conservação**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

MANUAL DE ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. organizadora Silvia Mitraud. Brasília: WWF Brasil, 2003.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas: Alínea, 2000.

RELATÓRIO BRUNDTLANDT. Rio de Janeiro: CMMAD, 1987.

TURISMO E AMBIENTE: Temas Emergentes. Organizadora Odaléia Telles Queiroz, Campinas-SP, Alínea, 2006.

SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: Incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WESTERN, D. **Definindo o Ecoturismo**. In: LINDEBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (org.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1993.

## **INTERNET**

EMBRATUR – **Instituto Brasileiro de Turismo**. Disponível em: <[www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br)>. Acesso em: 21 jul 2008.

SALVATI, Sergio. **O Ecoturismo – Conceitos e Princípios**. 2005. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br> - Acessado em: 21 jan 2008 às 01:26h.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e o terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2002.

Centro de estudos Konrad Adenauer Stiftung, 1996. Disponível em: <http://www.cedec.org.br>  
<http://www.ecobrasil.org.br> – Acessado em 06 jan de 2009  
[http:// PT.wikipedia.org](http://PT.wikipedia.org) em: 24/12/2008 Acessado em: 15 nov 2008 às 00:54h.